

**O PAPEL DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL NA FORMAÇÃO DE
ANTROPÔNIMOS NEOLÓGICOS**
*THE ROLE OF CONSTRUCTIONAL MORPHOLOGY IN THE FORMATION OF
NEOLOGICAL ANTHROPONYMS*

Leticia Santos Rodrigues¹

RESUMO

Nesta pesquisa, intenta-se observar o papel da Morfologia Construcional na formação de antropônimos neológicos, segundo o aporte teórico da Linguística Cognitiva (BOOIJ, 2005; 2007; 2010; GOLDBERG, 1995; 2006). Os antropônimos em questão provêm do *corpus* analisado por Rodrigues (2019), a saber, as fichas de registros dos indivíduos que, ao fim do século XIX até início do século XXI, desejaram se vincular à Ordem Terceira do Carmo, localizada no Centro Histórico de Salvador/BA. O critério de seleção dos antropônimos é que estes apresentem, em suas construções, formativos vinculados parcial ou integralmente a uma origem germânica, em razão do fator histórico da ocupação da Península Ibérica pelos considerados “povos germânicos”, que influenciou o léxico antroponímico do Brasil não só pela presença desses formativos, mas também pela herança do modelo bitemático, a partir do qual a união de duas bases resulta em um novo item lexical. A consideração do critério neológico advém de os antropônimos não constarem em alguns dos principais dicionários onomásticos em língua portuguesa: Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003). Dentre os resultados encontrados, é possível confirmar a presença do modelo bitemático nos antropônimos neológicos. Outro fato confirmado é o de que os indivíduos, quando expostos a um conjunto de antropônimos que se utilizam de dado formativo ou a um antropônimo muito produtivo, são capazes, por analogia, de depreender o modelo e reproduzi-lo ao criar novos antropônimos, como é possível demonstrar a partir de esquemas construcionais específicos, segundo os pressupostos da Linguística Cognitiva.

Palavras-chave: Onomástica. Morfologia Construcional. Linguística Cognitiva.

ABSTRACT

This research intends to observe the role of Construction Morphology in the formation of neological anthroponyms according to the theoretical framework of Cognitive Linguistics. The anthroponyms in question come from the corpus analyzed by Rodrigues (2019), namely, the records of individuals who, at the end of the 19th century until the beginning of the 21st century, wished to be linked to the *Ordem Terceira do Carmo* (Third Order of Carmel), located in the historic center of the city of Salvador (Bahia, Brazil). The anthroponyms selected present, in their constructions, formatives linked partially or wholly to a Germanic origin, due to the History of the Iberian Peninsula occupation by “Germanic people”, which influenced the anthroponomic lexicon of Brazil, not only by the presence of such formatives, but also by the inheritance of the bitematic model, from which the union of two bases results in a new lexical item. The neology criterion comes from the fact that anthroponyms are not included in some of the main onomastic dictionaries in Portuguese: Nascentes (1952), Guérios (1981) and Machado (2003). The results show it is possible to confirm the presence of the bithematic model in neological anthroponyms. Furthermore, when the individuals were exposed to a set of anthroponyms that use formative data or a very productive anthroponym, they are able to take the model and reproduce it by creating new anthroponyms by analogy. This is can be demonstrated from specific constructional schemes, according to the assumptions of Cognitive Linguistics.

Keywords: Onomastics. Construction Morphology. Cognitive Linguistics.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. E-mail: letisr@usp.br.

1 Introdução

A realização de um estudo linguístico pode perpassar certos domínios, a exemplo do sintático (organização dos itens lexicais numa frase e as relações que estes estabelecem entre si), fonético-fonológico (que se dedica, de modo geral, ao estudo dos sons), semântico (voltado para a questão do significado), pragmático (que se refere ao contexto de uso de uma dada palavra) e morfológico. Este último domínio, o morfológico, se volta para a análise da estrutura interna da palavra e é por esse viés que guiaremos nossas análises. Ademais, neste trabalho os itens lexicais a serem estudados se encontram no âmbito do léxico dos nomes próprios, nos direcionando, assim, para a Onomástica, considerada: “[...] área da linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios, quer se direcionem para as suas origens, quer para os seus processos de formação, quer para a sua organização no léxico das línguas e também no meio social” (RODRIGUES, 2016, p. 13).

A Onomástica se organiza em subáreas de acordo com a natureza de seus referentes, que podem ser: nomes de santos (Hagionímia), nomes de seres mitológicos (Mitonímia), nomes de plantas (Fitonímia), nomes de itens comerciais/marcas (Onionímia) etc. Contudo, as subáreas mais notadamente reconhecidas e investigadas são duas: a Toponímia – nomes de lugares – e a Antroponímia – nomes de pessoas –, segundo a qual nos orientaremos. Os objetos de estudo da Antroponímia são, assim, conhecidos como “antropônimos” e podem fazer menção aos nomes considerados oficiais (ou seja, registrados em cartório) – a saber, os prenomes e sobrenomes² que, unidos, compõem o ortônimo – ou aos alônimos, que são “[...] antropônimos que não correspondem com os nomes oficiais garantidos pela legislação e atribuídos ao indivíduo no registro civil” (AMARAL, 2011, p. 71-72), a exemplo dos apelidos, pseudônimos, heterônimos, nomes artísticos, dentre outros.

Para guiar nossas análises, nos centraremos no trabalho de Rodrigues (2019), no qual examina prenomes considerados neológicos que apresentem, em suas construções, formativos vinculados parcial ou integralmente a uma origem germânica. Salientamos que autores com formação não indo-europeístas³, como Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003), muitas vezes rotulam seus étimos como “germânicos” pura e simplesmente, sem conjecturar que estes pudessem se tratar, por exemplo, de itens de “línguas germânicas antigas específicas” (como o gótico, antigo alto alemão, antigo saxão, antigo nórdico ou anglo-saxão). Dessa maneira, esses étimos considerados “germânicos” são, na verdade: a) pertencentes a uma língua germânica antiga específica não identificada; b) não

2 Na tradição portuguesa, os prenomes são todos os itens que antecedem os sobrenomes e que podem ser compostos por um, dois e, em casos mais raros, três elementos ou mais.

3 Antenor Nascentes direcionou seus estudos principalmente para a Filologia Românica, por isso a sua consideração como não indo-europeísta.

detectados, por sua difícil localização; c) erroneamente transcritos ou inexistentes. Logo, apesar de nos valermos das contribuições dos dicionários de Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003) – entendendo que tais obras necessitam de revisões –, optamos, como em Rodrigues (2019), por usar parênteses uncinados em forma de aspas angulares «...» tanto na palavra «germânico» quanto nos supostos étimos quando estes forem incertos, uma vez que o uso do asterisco se refere a étimos reconstruídos por meio do método histórico-comparativo.

O motivo para a escolha de formativos vinculados parcial ou integralmente a uma origem germânica se deve ao modelo de formação desses nomes. Isso porque, segundo Piel (1989), no período indo-europeu, a nomeação entre os povos «germânicos» (assim como os gregos ou até antes), se utilizava, de modo geral, de uma formação bitemática, em que compostos personativos eram engendrados da união de dois itens do léxico comum, normalmente relacionados às características ou desejos dos pais para seus filhos, pois:

[...] a nomeação germânica durante parte da Idade Média era semanticamente motivada, com palavras relativas a ‘campos conceituais’ que se referiam a elementos próprios da cultura desses povos, como os de instrumentos de guerra, animais e sentimentos de conquista – coragem, fama e vitória –, além de adjetivos que denotavam qualidades físicas e morais (RODRIGUES, 2019, p. 76).

O objetivo deste trabalho será demonstrar que, segundo os princípios da Linguística Cognitiva, nossa base teórica, os indivíduos, ao depreenderem um padrão recorrente na língua, o reproduzem na criação de novos itens ou, no caso desta pesquisa, na criação de novos prenomes, seguindo o modelo de formação bitemática, coadunado com a hipótese proposta por Rodrigues (2019). Desse modo, passaremos ao entendimento do papel do Léxico e da Morfologia, da perspectiva cognitiva, na formação dos prenomes neológicos para, *a posteriori*, conhecer o *corpus* e seguir para as análises. *A posteriori*, na seção 3, serão apresentados o *corpus* e a metodologia adotada, de acordo com Rodrigues (2019). A análise dos dados se dará na seção 4, considerando os aspectos etimológicos, os possíveis prenomes que serviram como modelo e a proposição de esquemas construcionais que instanciem, por analogia, a formação de novos prenomes. Para concluir este trabalho, nossas considerações finais.

2 Breve conceito de Léxico e Morfologia sob o viés cognitivo

Antes de nos voltarmos para o domínio da Morfologia enquanto principal norteador desta pesquisa, entendemos ser necessário nos guiarmos pela concepção de léxico como um conjunto encontrado em toda e qualquer língua e que “[...] precisa ser interpretado como um componente indispensável da gramática, e não apenas como um rol de itens convencionalizados, fixos e armazenados na mente do falante, possibilitando, além da inovação criativa, uma organização hierarquizada” (RODRIGUES,

2019, p. 44). Outro ponto a ser observado no que se refere ao léxico é que:

A Linguística nunca cedeu ao léxico um lugar de centralidade, e desde as primeiras gramáticas, passando pelas históricas até as normativas tradicionais, o enfoque no léxico se resumia à análise de palavras primitivas e complexas já formadas e incorporadas ao léxico, e não havia interesse em observar a capacidade de se criarem novas palavras, nem de entender como essas palavras são armazenadas e se relacionam umas com as outras no cérebro dos falantes (SOLEDADE, 2018, p. 228).

Ao nos voltarmos especificamente para o processo de criação de novos antropônimos, e inscritos no paradigma da Linguística Cognitiva, tomamos como base a Morfologia Construcional, considerada “[...] um novo modelo teórico para o tratamento de palavras complexas que os falantes abstraem dos esquemas apreendidos com o uso da linguagem” (GONÇALVES, 2016, p. 9-10). Importante salientar que a expressão “Morfologia Construcional” foi proposta em 1987 por Corbin, contudo, sua abordagem estaria relacionada à perspectiva gerativista que “[...] reconhece uma competência derivacional, que permite a elaboração inconsciente de regras, e um saber lexical das convenções da língua, de aprendizagem idiossincrática” (GONÇALVES, 2006, p. 20). Já nos moldes da Linguística Cognitiva, o modelo da Morfologia Construcional foi idealizado e desenvolvido por Booij em três trabalhos (BOOIJ, 2005; 2007; 2010), nos quais são estabelecidas suas bases, com especial atenção para o papel do léxico e para o processo de formação de novas palavras. Na Morfologia Construcional de Booij também está presente a adaptação das ideias de Jackendoff (1997), com a Teoria da Entrada Plena (*Full Entry Theory*), e de Goldberg (1995), a respeito da Gramática de Construções, a partir da qual, ao contrário do pensamento gerativista, não haveria separação entre os componentes da gramática, em consonância com a Linguística Cognitiva. Logo:

Se a gramática é simbólica e, por isso, necessariamente evoca padrões instanciados pelas formas, suas motivações são intrinsecamente cognitivas e, em função de sua organização não modular, não há diferença de funcionamento entre os chamados níveis de descrição linguística (morfologia, léxico, sintaxe, fonologia) (GONÇALVES, 2016, p. 21).

Para resumir a questão, salientamos que a maior contribuição do aporte teórico da Linguística Cognitiva, em contraste com os princípios da teoria gerativa, está na consideração do aspecto semântico enquanto componente indispensável para o entendimento do léxico e de sua renovação, especificamente no caso deste trabalho, do ponto de vista onomástico. Isso porque, ao privilegiar a sintaxe como um módulo dissociado da fonologia e da semântica, a teoria gerativa não considera a interação entre a estrutura linguística como um todo e o uso conceptual, que são aspectos basilares na teoria cognitiva quando do julgamento do indivíduo como sujeito atuante no processo de renovação lexical a partir das interações que ele realiza com seu ambiente linguístico. Nesse sentido, Ferrari (2014, p. 13-14) confirma que:

[...] a teoria gerativa postula que o módulo cognitivo da linguagem é independente de outros módulos cognitivos (como o raciocínio matemático, a percepção etc.); além disso, no domínio da linguagem, reivindica-se a primazia do módulo sintático, que apresenta princípios próprios e independentes daqueles atuantes nos módulos fonológico e semântico, por exemplo. A Linguística Cognitiva, por sua vez, adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual.

Ao se pautar no uso, o processo de formação de novas palavras – e também a própria análise linguística desse processo – passa pela abstração, por parte do falante, de um padrão recorrente em vigor na língua, sobretudo por meio do mecanismo cognitivo da analogia que, para Bybee (2016, p. 27), “[...] é o processo pelo qual enunciados novos são criados com base em enunciados de experiências prévias”. Da perspectiva onomástica, vemos o processamento analógico como um recurso da cognição humana para a apreensão e, por conseguinte, criação de novos prenomes a partir de prenomes tradicionais, entendidos como os modelos. Contudo, para alcançarem essa condição de modelo, esses prenomes precisam apresentar frequência na língua, pois:

Cada uso de uma palavra ou construção aumenta a força de seu feixe de exemplares, tornando a palavra ou sintagma lexicalmente mais acessível. Em outros termos, a frequência de uso aumenta o nível de ativação latente de uma instância armazenada da construção. A força lexical maior de tal instância a torna mais propensa a ser acessada [...] (BYBEE, 2016, p. 125).

Como resultado de tais generalizações, o conjunto de novos antropônimos criados com dados formativos também pode ser expresso por esquemas. Assim, segundo Booij (2007, p. 34, tradução nossa⁴): “Os padrões de formação de palavras podem ser vistos como esquemas abstratos que generalizam conjuntos de palavras complexas existentes com uma correlação sistemática entre forma e significado. Esses esquemas também especificam como novas palavras complexas podem ser criadas”, como veremos nas seções dedicadas à apresentação e à análise do *corpus*. E complementa, em trabalho posterior, que a Morfologia Construcional: “[...] pressupõe que palavras complexas, isto é, as saídas de operações morfológicas, possam ser listadas no léxico. Os esquemas morfológicos, portanto, têm duas funções: eles expressam propriedades previsíveis de palavras complexas existentes e indicam como as novas podem ser cunhadas” (BOOIJ, 2010, p. 3, tradução nossa⁵). Ao analisarmos

4 No original: “Word formation patterns can be seen as abstract schemas that generalize over sets of existing complex words with a systematic correlation between form and meaning. These schemas also specify how new complex words can be created”.

5 No original: “[...] assumes that complex words, i.e. the outputs of morphological operations, can be listed in the lexicon. Morphological schemas therefore have two functions: they express predictable properties of existing complex words and indicate how new ones can be coined”.

os prenomes recolhidos do *corpus* e também o comportamento de cada formativo em prenomes considerados tradicionais⁶, será possível propor possíveis esquemas para os formativos em questão, demonstrando como esse processo de abstração e criação ocorre também com itens onomásticos⁷.

Por fim, ao invés de “morfema” – conceito tradicionalmente empregado no âmbito dos trabalhos em Morfologia –, adotaremos o termo “formativo” para a unidade mínima, fruto da nossa segmentação mórfica, seguindo Soledade e Lopes (2015), Gonçalves (2016) e Simões Neto e Soledade (2018). Pois, além de não desejarmos nos comprometer com paradigmas teóricos já defasados – que entendem o morfema como a unidade mínima de significado e recorrente, desconsiderando suas particularidades – e dissonantes do escopo teórico da Linguística Cognitiva, acreditamos que o estudo onomástico apresenta particularidades em relação ao estudo do léxico comum. Para citar algumas dessas especificidades, além do reconhecido do uso obrigatório de maiúsculas para os nomes próprios (quanto ao aspecto gráfico), mencionamos as contribuições de Ullmann (1967), que estabelece cinco critérios de diferenciação entre nomes próprios e comuns, a saber: a) identificação: corresponde à ideia de que um nome próprio identifica o indivíduo, como uma espécie de “etiqueta”; b) som distintivo: afirma que sons referentes aos nomes próprios teriam, em si, maior capacidade de prender a atenção dos utentes do que nomes comuns, que são mais gerais; c) critérios gramaticais: são critérios variáveis entre idiomas, regiões e épocas, mas um exemplo é a não pluralização de nomes próprios, exceto quando estes passam a figurar como nomes comuns; d) unicidade: é a ideia de que o nome próprio torna seus indivíduos únicos em relação aos demais. Contudo, a ideia de unicidade é problemática ao considerarmos o grande número populacional e, conseqüentemente, os inúmeros casos de homonímia; e e) designação contra conotação: para Ullmann (1967), por serem designativos, os nomes próprios seriam desprovidos de significado, diferentemente dos nomes comuns – o que discordamos, pois nesse caso o autor parece se referir apenas ao valor semântico dos nomes próprios em sua perspectiva sincrônica, descartando o valor etimológico e documental.

6 Os critérios de classificação dos prenomes como tradicionais ou neológicos foram estabelecidos nesta pesquisa – assim como em Rodrigues (2016; 2019) – de acordo com o projeto Todos os Nomes, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia e coordenado pelas professoras doutoras Ariadne Almeida, Juliana Soledade e Tânia Lobo, entre os anos de 2007 e 2009, no âmbito do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Para confirmar o *status* neológico de um prenome é preciso que ele esteja ausente nos dicionários onomásticos de Nascentes (1952), Machado (2003) – com o acréscimo do dicionário de Guérios (1981).

7 Exemplos de trabalhos que vêm se pautando na Linguística Cognitiva e no uso de esquemas construcionais para explicar os processos de formação de palavras estão em Gonçalves (2016), Gonçalves e Almeida (2014), Rodrigues (2016; 2019), Simões Neto (2016), Simões Neto e Soledade (2018) e Soledade (2018), para citar alguns.

Nos aprofundando mais no critério de designação contra conotação, proposto por Ullmann (1967), entendemos que, mesmo apresentando essas particularidades semânticas quando comparados com os itens do léxico comum – tanto os nomes concretos quanto os abstratos –, não é seguro concordar que os antropônimos sejam itens esvaziados de sentido. O que propomos, portanto, é que os itens pertencentes ao léxico onomástico, de modo geral, quando não transparentes quanto à sua carga semântica do ponto de vista sincrônico, caminham para um processo de opacidade semântica, ou seja, em que não há conhecimento evidente da carga significativa desses nomes por parte dos indivíduos, visto que esse conhecimento poderia apenas ser recuperado a partir da pesquisa/consulta etimológica. Assim, dificilmente saberíamos que prenomes como “Bruno” ou “Letícia” remontam, respectivamente, ao significado de “moreno” (MACHADO, 2003, p. 289) ou “alegria” (GUÉRIOS, 1981, p. 161), pois são informações advindas de obras etimológicas e/ou onomásticas. Nesse sentido, nos diz Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 118):

A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva à não decodificação ou não complementação do percurso [de] decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas linguísticas concorrem para a opacidade do nome [...].

Além do mais, em Linguística Cognitiva, todo item lexical é dotado de sentido e, “[...] por muitas vezes aludirem a sincronias pretéritas, nem sempre passíveis de decodificação por seu utente hodierno, os antropônimos guardam, em si, informações de significado acessadas somente por meio da pesquisa etimológica e documental” (RODRIGUES, 2019, p. 24). Encerrando o assunto, por ora, elencamos alguns dos principais problemas que surgem a partir da total desconsideração do conteúdo semântico dos antropônimos: a) a renúncia ao significado etimológico, conhecido por meio das pesquisas históricas e presente nas obras onomásticas; b) a negação de aspectos semânticos, como a referência ao gênero masculino ou feminino; c) a associação óbvia, da perspectiva sincrônica, de certos antropônimos com nomes comuns, como nos casos de “Rosa”, “Hortênsia”, “Sol” etc., além da associação, em alguns casos, de antropônimos com nomes considerados tabus (por motivos diversos), como “Marciano”, “Frígida”, “Bucetíldes”, o que, se não fosse por sua carga semântica, não seriam considerados constrangedores ou, até mesmo, jocosos.

Ao propor esquemas construcionais para os formativos analisados, entenderemos como funciona essa questão do significado para os prenomes, visto que esquemas são generalizações que apresentam pareamento entre forma e significado. Para tanto, seguiremos com a apresentação do *corpus* e a metodologia utilizada.

3 Apresentação do *corpus* e dos métodos

O *corpus* selecionado nesta pesquisa é um recorte do que foi utilizado por Rodrigues (2019) em sua pesquisa de mestrado e se refere aos arquivos da Ordem Terceira do Carmo⁸, localizada no Centro Histórico da cidade de Salvador, Bahia. Essa documentação é uma fonte histórica que registra as ações dos indivíduos que, no passado, desejaram se vincular à Ordem. A escolha do *corpus* se deu por alguns motivos, dentre eles: a) o local, pois segundo a hipótese formulada por Rodrigues (2019), há incremento neológico no quadro onomástico brasileiro após a instauração do Decreto nº 9.886 e a abolição da escravatura, ambos em 1888. Isso porque haveria a vontade de parte da população negra e descendente de africanos de buscar uma construção identitária particular, uma vez que estes não se viam representados pela herança onomástica recebida dos seus senhores, partindo para um caminho alternativo ao criar, por meio de mecanismos cognitivos e de suas experiências lexicais, novos nomes. As consequências de tais acontecimentos poderiam ser mais facilmente observadas no estado da Bahia, onde havia alto índice da população negra (RODRIGUES, 2019); b) o período histórico, por remontar ao ano de 1893 (ano do primeiro registro) até 2014 (ano do último registro), ou seja, poucos anos após a instauração do Decreto nº 9.886 e da abolição da escravatura até o período atual; c) pela força histórica e documental que guardam os documentos vinculados a instituições religiosas, muitas vezes relegados em estudos linguísticos e filológicos. Infelizmente, devido à ausência de informações, não foi possível traçar um perfil sócio-histórico desses indivíduos, o que não caracterizou nenhum demérito à pesquisa.

Esses arquivos são compostos por fichas de registro dos indivíduos que, no passado, desejaram se vincular à Ordem e constituem os 10 tomos do Livro dos Termos dos Irmãos, tendo sido analisados por Rodrigues (2019) os Livros de número 7, 8, 9 e 10, percorrendo fins do século XIX até o início do século XXI. Cada livro possui, respectivamente, 796, 500, 500 e 164 fichas, totalizando 1960 antropônimos.

Os critérios para caracterização do prenome com o *status* de neológico foram os de não constarem nos principais dicionários etimológicos portugueses, a saber: Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2002). Após, foram selecionados todos os prenomes neológicos que apresentassem em sua construção um ou mais formativos que se vinculassem parcial ou integralmente a uma origem germânica. Depois de detectar os formativos em questão, os prenomes passaram por uma segmentação mórfica, a fim de identificar possíveis usos relacionados à herança bitemática e à posição ocupada pelos formativos, como realizado em Rodrigues (2019).

⁸ As Ordens chamadas “terceiras” são associações de leigos católicos em devoção. Um exemplo é a Ordem Terceira do Carmo, também conhecida como “Ordem dos Carmelitas”.

Neste trabalho, analisamos apenas dois dos formativos «germânicos» de maior frequência no *corpus* utilizado por Rodrigues (2019), a saber: ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD e ILD- ~ -ILD⁹, totalizando 17 prenomes (incluindo os prenomes repetidos, por razões quantitativas), encontrados nos Livros 9 e 10, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Prenomes neológicos segundo os formativos mais recorrentes que se vinculam parcial ou integralmente a uma origem germânica

Livro	Prenome	Ano de registro
10	Avanildes	1985
9	Crisaldete	1957
9	Eurivalda	1957
9	Everaldina	1955
9	Hildélia ~ Hyldélia ¹⁰	1964
9	Hildete	1957
9	Hildete	1978
8	Hildeth ~ Hyldeth	1926
9	Hyldéa	1976
9	Ironilde	1977
9	Marinaldo	1975
9	Rahilda	1961
10	Railda	1987
10	Valdiva	1984
9	Waldelir	1942
10	Waldete	1980
9	Wiveraldo	1977

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2019).

Portanto, a seguir serão analisados oito prenomes correspondentes aos formativos ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD e nove prenomes correspondentes ao formativo ILD- ~ -ILD. O foco das análises se centrará: a) na posição que estes ocupam nas construções; b) nos possíveis usos do modelo bitemático e; c) na proposição dos respectivos esquemas.

4 Análise do *corpus*: propostas de segmentação mórfica e de esquemas construcionais

Além das propostas de segmentação mórfica referentes aos 17 prenomes selecionados,

9 Utilizamos o elemento gráfico “~” para indicar que o mesmo formativo pode aparecer ocupando posições diferentes no composto neológico, como ficará mais claro após a segmentação mórfica e a proposição dos esquemas construcionais.

10 Novamente nos utilizamos do elemento gráfico “~”, dessa vez para indicar incongruências verificadas nas fichas de registro que compõem o *corpus*. Isso porque, por se tratar de um documento manuscrito e, em muitos casos, escrito a duas mãos, apresenta divergências na grafia dos antropônimos (de acordo com o primeiro campo, o de identificação – geralmente preenchido por um membro da Ordem – e o segundo campo, o de assinatura – preenchido pelo indivíduo). Optamos, então, por apresentar as duas grafias encontradas, entendendo que tal fato não compromete as análises.

apresentaremos também os dois formativos de acordo com os seus possíveis significados etimológicos e com os nomes tradicionais em que aparecem, já que acreditamos, como dito, que os falantes, após serem expostos a um dado conjunto de antropônimos (ou a um que seja muito frequente no seu quadro onomástico), depreendem o modelo e, assim, criam novos antropônimos.

4.1 OS FORMATIVOS ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD

De acordo com Piel (1933), a partir do prenome “Rabaldo”, os formativos ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD seriam derivados do verbo «*waldan*», “governar” e, por isso, apareceram agrupados nas nossas análises. Esse étimo foi apresentado por Nascentes (1952) como oriundo do gótico, mas como explicado anteriormente, serão usadas aspas angulares sempre que nos utilizarmos de étimos não comprovados – o que não invalida a análise. Dentre os prenomes encontrados em Nascentes (1952) com esses formativos, podemos citar: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Aldobrando”, “Aldonça” e “Valdomiro”; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Adroaldo”, “Aguinaldo”, “Arnaldo”, “Beraldo”, “Bernaldo”, “Clodoaldo”, “Euvaldo”, “Evaldo”, “Geraldo”¹¹, “Giraldo”, “Heraldo”, “Osvaldo”, “Reginaldo”, “Reinaldo” e “Vivaldo”; c) ocupando posição absoluta: “Aldo” e “Valdo”.

Ao consultar Nascentes (1952), portanto, já é possível perceber que ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD apresentam mobilidade no composto, aparecendo tanto em posição inicial quanto final e absoluta. Assim também ocorreu com os oito prenomes do *corpus*, como observamos no Quadro 2.

Quadro 2 – Segmentação mórfica para os prenomes considerados neológicos com os formativos ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD

Prenome	Proposta de segmentação mórfica
Crisaldete	[CRIS- + -ALD(ETE)]
Eurivalda	[EURI- + -VALD(A)]
Everaldina	[EVER- + -ALD(INA)]
Marinaldo	[MARI- + -NALD(O)]
Valdiva	[VALD- + -IVA] ¹²
Waldelir	[WALD- + -ELIR]
Waldete	[WALD- + -ETE]
Wiveraldo	[WIVER- + -ALD(O)]

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2019).

11 Piel (1933) propõe que o formativo -ALD no prenome “Geraldo” não é o mesmo que apresentamos referente a «*waldan*», mas sim referente a «*hartus*», significando “duro”, além de afirmar que não há outros nomes visigóticos com tal componente. Porém, devido à imprecisão do étimo e da ampla difusão que o prenome “Geraldo” possui no quadro antroponímico brasileiro, sendo um expressivo representante do modelo que envolve esse formativo, o mantivemos nesta pesquisa, também considerando os prenomes “Geralda” e “Geraldino” (RODRIGUES, 2019).

12 Sem desconsiderar a possibilidade de que tal prenome seja formado pela união das bases livres [VAL + DIVA], o que só o contato com o responsável pela criação antroponímica poderia confirmar – o que não é possível.

Destarte, temos três prenomes em posição inicial ou com base mais à esquerda (“Valdiva”, “Waldelir” e “Waldete”) e cinco em posição final ou com base mais à direita (“Crisaldete”, “Eurivalda”, “Everaldina”, “Marinaldo” e “Wiveraldo”), como demonstra a segmentação mórfica. Outro aspecto que se pode depreender é a presença do modelo bitemático em quase todos os prenomes do *corpus* (exceto “Waldete”, em que o formativo VALD- aparece unido a um diminutivo¹³). A afirmação de que se trata de duas bases vem da depreensão feita prenome a prenome, que pode ser realizada por meio da técnica de comutação quando, por exemplo, ao elegermos o prenome “Crisaldete”, encontramos também os prenomes “Crisália”, “Crisalva”, “Crisana”, “Criselda”¹⁴ etc.

Desse modo, após conhecermos os prenomes tradicionais recolhidos em Nascentes (1952) e também os prenomes neológicos recuperados no *corpus*, propomos os seguintes esquemas construcionais de acordo com a(s) posição(ões) ocupada(s) pelos formativos:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

[Ald-X]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

[Nald-X]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

[Vald-X]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

II. Posição final ou base mais à direita:

[X-ald]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

[X-nald]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

[X-vald]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

III. Posição absoluta:

[Ald(a/o)]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}

[Nald(a/o)]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}

[Vald(a/o)]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}

O símbolo de seta dupla (↔) remete à indexação de natureza categorial que indica a formação de um nome próprio (NP) e a contraparte semântica (também NP), estabelecendo, portanto, a relação entre forma e significado. No caso dos formativos ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD apresentados em posição absoluta, é possível conhecer, além da informação de que se trata de um nome próprio,

13 Nesse caso, o diminutivo aparece com um significado considerado opaco.

14 Tais prenomes podem ser confirmados na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>.

se se refere à pessoa do gênero¹⁵ feminino ou masculino, pois em português frequentemente ocorre essa demarcação com as vogais “a” e “o”, o que não ocorre quando esses formativos aparecem em posição inicial.

4.2 O FORMATIVO ILD- ~ -ILD

Encontramos a informação de que o formativo ILD- ~ -ILD está vinculado a uma origem «germânica», do antigo alto alemão **hilti*¹⁶ (HAHN, [200-]). Quanto aos prenomes dicionarizados com esse formativo, verificamos em Nascentes (1952): a) em posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Hildeberto”, “Hildebrando”, “Hildegarda”, “Hildemar”, “Hilderico”, “Ildefonso”; b) em posição final (ou com base mais à direita): “Batilde”, “Brunilda”, “Cassilda”, “Clotilde”, “Cremilda”, “Heremildo”, “Giselda”, “Leonilda”, “Matilde”, “Ragnilda”, “Tusnelda”; c) ocupando posição absoluta: “Hilda” e “Hildo”. Para verificar a mobilidade do formativo nos prenomes encontrados no *corpus*, passaremos à apresentação do Quadro 3.

Quadro 3 – Segmentação mórfica para os prenomes considerados neológicos com o formativo ILD- ~ -ILD

Prenome	Proposta de segmentação mórfica
Avanildes	[AVA(N)- + -ILDES]
Hildete	[HILD- + -ETE]
Hildeth ~ Hyldeth	[HILD- + -ETH ~ HYLD- + -ETH]
Hildélia ~ Hyldélia	[HILD- + -ÉLIA ~ HYLD- + -ÉLIA]
Hyldéa	[HYLD- + -ÉA]
Ironilde	[IRO(N)- + -ILDE]
Rahilda	[RA(H)- + -ILDA]
Railda	[RA- + -ILDA]

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2019).

Portanto, assim como os formativos ALD- ~ -ALD/NALD- ~ -NALD/VALD- ~ -VALD, vemos que ILD- ~ -ILD também apresenta mobilidade, tanto nos prenomes dicionarizados quanto nos prenomes neológicos, ocupando a posição inicial ou com base mais à esquerda (“Hildete”, “Hildeth” ~ “Hyldeth”, “Hildélia” ~ “Hyldélia” e “Hyldéa”) e a posição final ou com base mais à direita (“Avanildes”, “Ironilde”, “Rahilda” e “Railda”). Essa mobilidade ratifica a autonomia do utente ao criar prenomes, entendendo que este, ao depreender o funcionamento de dado formativo antroponímico na língua, pode reinterpretá-lo (ou não) quanto à posição que ocupará no novo prenome, de acordo com os

15 Salientando que o uso da palavra “gênero” se refere ao gênero gramatical, sem desprezar questões mais complexas de cunho sociopsicológico que dizem respeito aos nomes de pessoas e ao próprio termo em questão.

16 A diferença no uso dos sinais gráficos em **hilti* e «*waldan*» tem um motivo. No caso de «*waldan*», esse étimo foi retirado de Nascentes (1952) que, conforme explicado, não é um linguista indo-europeísta, portanto, suas proposições de étimos não se pautam em reconstruções advindas do método histórico-comparativo. O uso do asterisco indica que se trata de um étimo reconstruído por tal método e, por isso, foi usado em **hilti*.

princípios da Linguística Cognitiva. Em resumo, se o indivíduo conhece o dado formativo em posição inicial, ele pode optar por mantê-lo nessa mesma posição ou movê-lo para a posição final, formulando diferentes esquemas.

Confirmamos também a presença do modelo bitemático na estruturação desses prenomes, mesmo em casos menos salientes, como os dos prenomes “Avanildes” (“Avanice”, “Avanil”, “Avanir”) e “Ironilde” (“Ironalda”, “Ironice”, “Ironir”). Logo, após depreensão dos prenomes tradicionais e dos prenomes neológicos, propomos os seguintes esquemas construcionais para o formativo ILD- ~ -ILD:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

[Ild-X]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}

II. Posição absoluta:

[Ild(a/e/es/o)]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}

Novamente ocorre a indexação da natureza categorial com a contraparte semântica, com a vogal final “a” e “o” determinando o gênero da maioria dos prenomes. Apresentada a análise do *corpus*, passaremos para as nossas considerações finais.

Considerações finais

Após as análises envolvendo alguns dos prenomes do *corpus* de Rodrigues (2019), foi possível confirmar a hipótese já levantada pela autora de que a criação de prenomes neológicos no quadro onomástico baiano¹⁷ se vale, em grande medida, do modelo bitemático, com a união de duas bases já conhecidas por meio dos prenomes tradicionais – como demonstramos por meio da segmentação mórfica. Ainda, em consonância com a Linguística Cognitiva, acreditamos que o falante, ao ser exposto a um amplo conjunto de antropônimos ou a um antropônimo que seja muito produtivo na língua, é capaz de depreender, por analogia, esquemas que permitam a criação de novos. Esses esquemas exprimem as generalizações entendidas a partir do uso, somado ao fato de que, ao considerar a contraparte semântica dos antropônimos, estes estabelecem uma relação não arbitrária entre forma e significado na construção.

Em suma, diferentemente de outras teorias, ressaltamos a importância da Linguística Cognitiva e, por conseguinte, da Morfologia Construcional que, ao se pautarem no uso e na cognição do

17 Apesar de supormos que, apresentando variabilidade em termos quantitativos, essa hipótese se aplique a todo o território nacional – o que apenas um *corpus* mais abrangente seria capaz de determinar.

indivíduo, valorizam seus conhecimentos experienciados, reconhecidos por meio da criação lexical, caracterizando os processos linguísticos como sendo “[...] cognitivos, sociointeracionais, culturais e históricos” (SOLEDADE, 2018, p. 225). Tal ponto de vista vai de encontro a argumentos ultrapassados que veem os nomes apenas como etiquetas identificatórias dos indivíduos, ignorando os saberes históricos, políticos e culturais intrínsecos a eles.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa: revista de linguística*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

BOOIJ, Geert. Compounding and derivation: evidence for construction morphology. In: DRESSLER, Wolfgang U. et al. (ed.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 109-131.

BOOIJ, Geert. Construction morphology. *Language and Linguistics Compass*, United Kingdom, v. 4, n. 7, p. 543-555, 2010. Disponível em: <https://geertbooij.files.wordpress.com/2014/02/booi-2010-construction-morphology-lg-linguistics-compass.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

BOOIJ, Geert. Construction morphology and the lexicon. In: MONTERMINI, Fabio; BOYÉ, Gilles; HATHOUT, Nabil (eds.). *Selected Proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse*. Somerville: Cascadilla Press, 2007, p. 34-44.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 2007, Rio de Janeiro. *Livro dos minicursos [...]*. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. p. 108-121.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Coletânea de Estudos, 1992.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a Construction Grammar approach to argument structure*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa: revista de linguística*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 165-193, 2014. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5771/4922>. Acesso em: 18 nov. 2017.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1981.

HAHN, Simone. *Hildegart [S.l.]*: Althochdeutscher Namenbaukasten, [200-]. Disponível em: <https://homepages.uni-tuebingen.de/henrike.laehnemann/namen.html#h1>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JACKENDOFF, Ray. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte: Confluência, 2003. v. 2.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

PIEL, Joseph Maria. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN/CM, 1989.

PIEL, Joseph Maria. *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Boletim de Filologia. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1933.

RODRIGUES, Letícia Santos. *Neologia antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Letícia Santos. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, Letícia Santos; SOLEDADE, Juliana. Germanismos e a contribuição para a antroponímia brasileira. *Revista Hyperion*, Salvador, n. 8, p. 75-90, 2016. Disponível em: <http://>

www.portalseer.ufba.br/index.php/revistahyperion/article/view/17018/11379. Acesso em: 18 out. 2019.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SIMÕES NETO, Natival Almeida. *Um enfoque construcional sobre as formações X-eir-*: da origem latina ao português arcaico. 2016. 2 v. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; SOLEDADE, Juliana. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1295-1350, 2018. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12678/pdf_1. Acesso em: 23 out. 2019.

SOLEDADE, Juliana. Por uma abordagem cognitiva da morfologia: revisando a morfologia construcional. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos (org.). *Linguística Cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além-mar*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 225-258. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28269/1/linguistica-cognitiva_miolo.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

SOLEDADE, Juliana; LOPES, Mailson. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos; SOLEDADE, Juliana (org.). *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EdUFBA, 2015. p. 429-461.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução Mateus, J. A. Osorio. 2. ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.

VIARO, Mário Eduardo; FERREIRA, Michael; GUIMARÃES FILHO, Zwinglio. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, Mário Eduardo (org.). *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 58-105.